

Acordo terá sinal verde semana que vem

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado poderá dar "sinal verde", na próxima semana, para as condições acertadas entre o governo e os bancos credores da dívida externa para o pagamento dos juros atrasados de US\$ 8,5 bilhões. Mas o aval definitivo, que permitirá o reinício dos pagamentos da dívida, só virá depois que todos os senadores, em plenário, aprovarem o texto do contrato, que ainda está sendo discutido entre representantes do governo e dos bancos, em Nova Iorque.

Esse entendimento já foi estabelecido entre o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), e o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PFL-PB). Ontem, Lira comunicou a decisão aos demais membros da comissão durante o depoimento do negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, que foi ao Senado em companhia do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. "Os pagamentos só poderão ser iniciados depois que o Senado autorizar", disse Lira. Eris e Dauster asseguraram que o pagamento *cash* de US\$ 2 bilhões dos atrasados ainda este ano, acordado com os credores, está dentro da capacidade de pagamento do setor público, como exige a Resolução 82, aprovada pelo Senado em dezembro passado.

Sem detalhes

Nem o embaixador nem o presidente do Banco Central, contudo, quiseram entrar publicamente em detalhes sobre os cálculos do governo sobre a capacidade de pagamento. "Esse é um conceito complexo que está sendo constantemente revisado devido às mudanças da conjuntura econômica", disse Dauster. "Mas por ser um elemento que influi nas negociações, os dados devem ser mantidos sob sigilo", acrescentou, prometendo enviar aquelas informações aos senadores em caráter reservado. Insatisfeito com a resposta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) entregou ontem

Convocação de Zélia é aprovada

A penas duas horas depois de encerrada a primeira sessão pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado — quando foram ouvidos, durante três horas e 30 minutos, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o embaixador Jório Dauster, chefe da equipe que negociou o esquema de pagamento dos juros atrasados — o plenário aprovou uma proposta do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), convocando a ministra Zélia Cardoso de Mello para explicar se o acordo fere ou não o princípio da capacidade de pagamento, previsto pela resolução nº 82 do próprio Senado.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, encaminhou uma carta ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB), explicando os termos do acordo provisório com os credores. Ela anunciou o breve reinício das conversações com os bancos, salientando que o texto definitivo será submetido ao Senado imediatamente após o término dos entendimentos com o comitê assessor dos bancos.

mesmo à presidência do Senado um requerimento de informações para que o governo demonstre que o acordo com os bancos está obedecendo as diretrizes estabelecidas por aquela resolução.

O governo já se comprometeu a pagar US\$ 3,2 bilhões neste ano, sendo US\$ 2 bilhões dos atrasados acumulados em 1989 e 1990, e mais US\$ 1,2 bilhão referentes a 30% dos juros com vencimento a partir de 1991. Como as reservas do País eram de US\$ 8,7 bilhões em dezembro último, esses pagamentos poderiam comprometer a meta de manter em caixa divisas suficientes para garantir quatro meses de importação (US\$ 6,8 bilhões), como exige a mesma resolução do Senado. Mas, segundo Ibra-

him Eris, os resultados da balança comercial dos primeiros três meses deste ano indicam que o País conseguirá obter, em 1991, um saldo superior a US\$ 13 bilhões, mais de US\$ 2 bilhões acima do resultado de 1990. "Do ponto de vista cambial, não haverá problemas para pagar esses compromissos", assegurou o presidente do BC.

Rumores

O embaixador Jório Dauster confirmou a informação de que as negociações com os credores somente deslancharam a partir de fevereiro, quando, depois do Plano Collor II, os bancos tiveram a certeza de que a equipe econômica chefiada pela ministra Zélia Cardoso de Mello não estava para ser substituída, ao contrário dos rumores que circulavam no mercado. "Esses rumores enfraqueciam nossa capacidade de negociação, e mais de uma vez encontrei sobre a mesa de discussões cópias de artigos que saíam na imprensa brasileira especulando sobre a demissão da equipe", contou Dauster. O fim da crise no Golfo Pérsico, com a estabilização dos preços do petróleo, também ajudou as negociações na reta final, informou o embaixador.

O senador Eduardo Suplicy apresentou à Mesa do Senado um projeto de resolução estabelecendo que os bancos paguem 25% de Imposto de Renda sobre os juros que deverão receber do governo. Nos acordos anteriores da dívida, denunciou Suplicy, o Banco Central concordou em pagar o imposto pelos bancos, mas muitas instituições, apesar disso, obtiveram certificados de quitação do governo e usaram estes documentos para sonegar imposto nos seus países de origem. Dauster confirmou que casos desse tipo ocorreram no passado, mas disse que, desde março de 1988, quando uma portaria do então Ministério da Fazenda isentou os juros do Imposto de Renda, os certificados de quitação deixaram de ser dados aos bancos.